

## **Dossiê FAPEGO**

A luta dos pesquisadores goianos pela criação da  
**Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás**



## **Dossiê FAPEGO**

A luta dos pesquisadores goianos pela criação da  
**Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás**



## Apresentação

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - Regional Goiás (SBPC/GO) lançou durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, no dia 21 de outubro de 2004, em Goiânia, o projeto **A Ciência em Goiás e suas Contribuições para o Brasil do Século XXI**.

O objetivo é criar e promover mecanismos eficientes de descentralização do conhecimento, em caminhos de mãos duplas entre a ciência e a sociedade, buscando contribuir na consolidação de uma consciência coletiva que possibilite o desenvolvimento sustentável e uma distribuição equânime da riqueza gerada através da utilização deste próprio conhecimento.

A abertura do **Fórum de Ciência e Tecnologia no Cerrado** é o início das ações programadas para o ano de 2005. Essa entidade pretende se firmar como um campo onde floresçam os saberes científico e onde possam os cientistas investigar sobre as possibilidades de suas pesquisas acerca de recursos disponíveis, formas e processos de captação, disponibilização de seus trabalhos a setores interessados e difusão dos conhecimentos.

Com este pequeno dossiê, a SBPC-GO visa resgatar uma parte importante da recente história do esforço dos pesquisadores goianos em busca da concretização de um programa permanente de ciência e tecnologia para o estado de Goiás por meio da criação e implementação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEGO). Um sonho coletivo a ser concretizado.

Março de 2005

Reginaldo Nassar Ferreira  
Secretário Regional da SBPC-GO



## A pesquisa científica pode promover um salto na história do desenvolvimento de Goiás

Desde 1990, os relatórios divulgados pela Organização das Nações Unidas (ONU) permitem realizar algumas comparações entre a qualidade de vida da população dos diversos países do planeta utilizando o **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**. Esse índice reflete as condições de três variáveis básicas para uma boa qualidade de vida: a expectativa de vida ao nascer, a escolaridade e o Produto Interno Bruto (*per capita*). Essas três variáveis são expressas em uma escala que varia de 0,0 a 1,0. Quanto mais baixo o índice, pior são as condições de vida; quanto mais próximo de 1,0, mais elevada é a qualidade de vida da população em geral.

O estado de Goiás, que ocupava a 9ª posição (0,707) no IDH-M Brasil, passou no período compreendido entre 1991 e 2000 a ocupar a sétima posição (0,770). Assim, em parâmetros referenciais mundialmente aceitos, ainda serão necessários, aproximadamente, 45 anos para que o estado possa atingir níveis satisfatórios de qualidade de vida.

Neste exato instante, chama-se a atenção para a importância da Ciência em seus vastos campos de atuação e produção para provocar uma aceleração desse processo. Sejam esses conhecimentos aplicáveis nos aspectos econômico e social, passando pelos aspectos ambientais e de sustentabilidade e, finalmente, no aperfeiçoamento ou desenvolvimento de novas tecnologias. Assim sendo, faz-se necessário e urgente o investimento em projetos de pesquisas e de produção de saberes científicos, acadêmicos e populares, que possam alicerçar efetivamente o processo e crescimento do nosso estado e, conseqüentemente, do nosso país.

Mas esse investimento não pode nem deve ser considerado por uma lógica exclusivamente financeira. A ciência brasileira tem vários desafios: ampliar o sistema com qualidade, apoiando a competência instalada; transferir conhecimentos do setor de pesquisa para setores estratégicos e produtivos; aprofundar a avaliação dos programas existentes e de projetos inovadores em áreas de relevância e, principalmente, aparar os espinhos históricos que se fizeram vicejar no país, na forma de uma burocracia opaca e capciosa, através de seus caminhos confusos e tortuosos, em nome da estrutura organizacional do Estado e dos controles político, econômico e social.



## C&T em Goiás - É preciso mais

Com o objetivo de alertar as autoridades sobre a importância da regionalização da pesquisa como uma alternativa eficiente para minimizar os contrastes socioeconômicos e para o desenvolvimento social e tecnológico a custos mais acessíveis, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Secretária Regional de Goiás (SBPC-GO) e a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás (Adufg), com apoio de outras entidades, vem desenvolvendo nos últimos anos um exaustivo trabalho de conscientização. Dezenas de audiências, com os deputados e senadores goianos e com parlamentares da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara Federal, foram realizadas pela SBPC-GO e pela Adufg nos últimos anos, e vários documentos e relatórios sobre os desequilíbrios regionais foram encaminhados.

Ao reafirmar diante de representantes da comunidade científica o compromisso de encaminhar o projeto de criação da FAPEGO à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em audiência realizada no Palácio das Esmeraldas em 13 de junho de 2003, o governador Marconi Perillo ofereceu um alento aos pesquisadores. Na oportunidade, os pesquisadores entregaram ao chefe do Executivo estadual um abaixo-assinado contendo nove mil assinaturas pedindo a imediata criação da agência de fomento.

Depois, ao tornar público por meio de artigo veiculado no jornal *O Globo* (30/06/03) e reproduzido pelo *Jornal da Ciência*, da SBPC, o apoio à emenda dos 40% (PEC do ex-deputado federal Ubiratan Aguiar (PSDB-CE) que objetiva repassar 40% dos recursos da C&T durante 15 anos para os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste), o governador Marconi Perillo voltou a demonstrar que o desenvolvimento científico é um dos

temas que estão no foco de seu governo.

A recomendação para avaliar desigualmente os desiguais vem desde a Grécia Antiga, mas poucos são aqueles que a observam, mesmo os dirigentes e participantes de regimes democráticos. Torna-se sinônimo de arbítrio, ou, no mínimo, de excesso de poder daqueles que o detêm tratar igualmente os desiguais.

Regiões melhor estruturadas têm naturalmente a capacidade de captar mais recursos e atrair pessoal mais qualificado. A adesão do governador à defesa do projeto de Ubiratan Aguiar e o apelo de Marconi Perillo em seu artigo fortaleceram as esperanças da comunidade científica de Goiás na aprovação do projeto e na possibilidade de conscientização do governo federal, que apenas assiste à concentração cada vez maior dos recursos. "Para que a União cumpra seu papel, é preciso que todos os estados tenham a mesma prerrogativa de se desenvolver", defendeu com propriedade Marconi Perillo.

No âmbito estadual, por sua vez, embora tenha divulgado que em 2002 o estado investiu no setor de C&T mais de R\$ 28 milhões, tomamos emprestadas as palavras do próprio governador para reivindicar: "é preciso mais". E defendemos que só com a igualdade de distribuição de recursos em pesquisa e infra-estrutura é que conseguiremos materializar o direito constitucional de ir e vir e teremos condições de oferecer oportunidades iguais a todos os cidadãos.

O fato é que a alocação de um percentual mensal para o setor no Estado, a criação da FAPEGO, com dotação orçamentária fixa e mensal, e o atendimento às reivindicações dos pesquisadores de recursos investidos exatamente no fomento à pesquisa ainda são desafios a serem vencidos em Goiás.



## Compreenda porque lutamos pela criação da FAPEGO

Praticamente todos os estados já criaram uma Fundação de Apoio à Pesquisa, mas Goiás não. Será que todos estão errados e apenas Goiás certo? Temos de continuar a luta. O Mato Grosso do Sul, que tem economia semelhante à de Goiás, hoje não tem projetos e demandas reprimidos, pois o governo daquele Estado vem destinando 0,25% para pesquisa há mais de cinco anos. A comunidade científica de Goiás continuará sua intensa luta, que completa mais de uma década.

A criação de Fundações de Amparo à Pesquisa pelos governos estaduais provou ser uma das mais eficientes estratégias de desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social. O Estado de São Paulo foi o primeiro a notar esta vantagem, pois desde 1880 investe no setor de Ciência e Tecnologia (C&T), com a criação do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL) e do Instituto de Zootecnia (IZ).

Já na década de 1930, após a derrota do movimento constitucionalista, foi a vez da criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Sábias foram as palavras de Mesquita Filho: "Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia de que durante longas décadas desfrutáramos no seio da federação".

Finalmente, é preciso ressaltar que os cientistas e os governantes paulistas tinham uma visão transcendente do papel da Fapesp. Indagado sobre a obra pela qual gostaria de ser lembrado, o governador do período (1959-1962), Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, foi taxativo: **"Se me fosse dado destacar alguma das realizações da minha desprentensiosa vida pública, não hesitaria em eleger a Fapesp como uma das mais significativas para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país."**

Em 1960, o trabalho articulado da comunidade científica paulista resultou na criação da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), que, a partir de 1962, passou a receber 0,5% da receita tributária do Estado. O valor elevado para 1% pela Constituição de 1989 viabilizou a consolidação da FAPESP como uma instituição autônoma, ágil, de administração

eficiente e gerida por especialistas qualificados e comprometidos com a C&T, preceitos estabelecidos nos primórdios da agência.

Após algumas décadas de financiamento para construção de laboratórios e aquisição de equipamentos, concessão de bolsas para formar e capacitar recursos humanos, os resultados passaram a ser notados em razão da geração de empregos e renda. Na década de 1990, das patentes registradas pelas universidades brasileiras, 35% eram provenientes da Universidade de Campinas (Unicamp) e 21% da USP.

A primazia de haver seqüenciado o genoma da *Xanthomona citri*, bactéria que provoca o cancro cítrico, pertence a uma equipe da Unicamp, financiada pela FAPESP. Foi seqüenciado ainda o genoma da *Xylella fastidiosa*, bactéria que causa a Clorose, variedade de Cítrus (CVC) vulgarmente conhecido por "amarelinho", que ataca também a cana-de-açúcar.

As conquistas dos cientistas paulistas foram noticiadas pelos principais veículos de comunicação em escala mundial, com destaque para a *Revista Nature*, que, pela primeira vez em 131 anos, publicou um experimento brasileiro como reportagem de capa. O assunto foi noticiado na versão on-line do *New York Times*, na *BBC News Online*, no *Caderno de Ciência do NYT*, no *Le Figaro*. Um texto do jornal *The Economist* concluído assim: "A lição a retirar de tudo isto é que não há razão para que países como o Brasil não possam competir em ciência de ponta se se empenharem nesse sentido."

Hoje, muitas empresas brasileiras já se beneficiam dos resultados de pesquisas, que são transferidos para toda a sociedade na forma de emprego e renda. O Programa Parceria para Inovação Tecnológica (PITE/FAPESP) vem

destinando milhões de reais ao desenvolvimento de pesquisas para melhorar a competitividade do setor empresarial. Como exemplo, temos a produção de pigmentos conduzida pela Unicamp, que reduziu em cerca de 15% os seus custos e que em breve estará trazendo benefícios na forma de *royalties*.

As diversas instituições de ensino e pesquisa sediadas em Campinas (SP) e apoiadas pela FAPESP contribuíram para que o município passasse a responder por aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) e por 15% das pesquisas realizadas no país.

Um outro parâmetro que deve ser analisado é o número de patentes brasileiras concedidas no exterior, por depositante, no período 1992 - 1995. Entre os 35 depositantes listados, constam apenas duas universidades: a Unicamp, com 0,18%, e a USP, com 0,13%, do total concedido no período, e 6,63% e 9,34%, respectivamente, do total acumulado até 1995.

Como o governo federal tem atuado mais na formação de recursos humanos e na solução de problemas de interesse nacional, os problemas locais devem receber maior contribuição dos governos estaduais, e diversos deles já criaram fundações de amparo à pesquisa ou estão criando. É o caso do Rio Grande do Norte.

O Mato Grosso do Sul, com características e economia semelhantes às de Goiás, já criou a Fundação de Apoio e de Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (FUNDECT). Com um pequeno percentual da receita líquida do Estado, a Fundação vem desenvolvendo um bom trabalho. No período 1995 - 2000, o Estado do Mato Grosso do Sul foi o que teve maior crescimento na dotação orçamentária

do governo federal para a Região Centro-Oeste, com 129,61%.

No Ceará, o trabalho da FUNCAP contribuiu para que o estado passasse a receber do governo federal a segunda maior alocação de recursos para a Região Nordeste.

Notando a defasagem local, a Bahia parece querer reagir ao implementar por meio da FAPESB uma estratégia arrojada: o Programa de Apoio à Instalação de Doutores (PRODOC), cujo Edital, lançado em abril último, prevê a destinação de R\$ 2,7 milhões só para a primeira chamada. O valor deverá ser desembolsado num período de 36 meses. A vigência do PRODOC será de 54 meses, mas as bolsas de Desenvolvimento Científico Regional (DCR), em número de 25, serão concedidas a doutores com, no máximo, cinco anos de titulação, e terão duração de 36 meses, no valor de R\$ 2,4 mil mensais. Cada bolsista de DCR receberá o apoio de dois bolsistas de Iniciação Científica, cujas bolsas serão de R\$ 241,51 mensais, e de um bolsista de Apoio Técnico. Essa bolsa, no valor de R\$ 483,00 mensais, poderá ser substituída por duas de Iniciação Científica. E cada bolsista de DCR poderá fazer jus a um apoio de até R\$ 51 mil destinados ao fortalecimento de sua infra-estrutura de pesquisa. Com esta medida inovadora, a Bahia, por certo, irá reverter o quadro de liberação de recursos por parte do governo federal, pois no período 1995 - 2000 o crescimento da dotação orçamentária foi de apenas 18,83%, representando o penúltimo lugar na região Nordeste. Ao contrário do Piauí, que, por meio da FAPEPI, já vem aplicando algum recurso em ações de C&T e teve o maior crescimento percentual (148,75%) entre os nove estados nordestinos.

A criação da Fapego pode fazer avançar incontáveis vezes iniciativas como essas, e fazer consolidar em nosso estado um hábito rotineiro na elaboração de

projetos de pesquisas, condição *sine qua non* para qualquer desenvolvimento. Com isso, promove-se permanentemente uma relação frutífera para o nosso Estado, em uma parceria que envolva governo e pesquisadores por objetivos comuns que projetem Goiás e nos possibilitem avançar na busca do conhecimento.



## Histórico da luta pela FAPEGO

### A saga dos pesquisadores em Goiás

Há mais de 10 anos, a SBPC-GO e a Adufg lideram um esforço concentrado pelo estabelecimento de uma política permanente de C&T no estado. Tal movimento tem se caracterizado por ações de conscientização de autoridades e parlamentares, promoção de encontros, seminários, realização de audiências e envio de documentos para autoridades e parlamentares municipais, estaduais e federais.

Tudo com o objetivo de fazer os políticos compreenderem a importância da regionalização da pesquisa como uma alternativa eficiente para reduzir os contrastes socioeconômicos e para promover o desenvolvimento social e tecnológico a custos mais acessíveis.

Apesar de todas as ações, poucos foram os avanços. Podemos contabilizar como um deles a criação da Secretaria Estadual de C&T durante o governo de Maguito Vilela (PMDB-GO), hoje senador.

Já no primeiro governo de Marconi Perillo (1998/2002), nosso movimento conseguiu barrar a extinção da Secretaria e manter, conseqüentemente, a C&T no primeiro escalão do governo estadual. Nossa insistência resultou no pagamento, ainda que atrasado, dos editais do PROINPE (Programa de Incentivo à Pesquisa).

Conseguimos indicar representantes para o Conselho Municipal de C&T de Goiânia. Mas, de forma sistemática, não há uma política de C&T em vigor no estado de Goiás nem no município de Goiânia, pois os compromissos feitos pelo ex-prefeito Pedro Wilson (2001/2004) também não foram implementados.

### Promessa

No início do seu primeiro mandato, o governador Marconi Perillo prometeu apoio para a C&T. Posteriormente, fez o anúncio de criação da Fapego e, diante de toda a comunidade científica nacional, durante a abertura da 54ª Reunião Anual da SBPC, realizada em julho de 2002, na

Universidade Federal de Goiás, assumiu o compromisso de criá-la.

### **Dinheiro da C&T vai para UEG**

Em 2 de janeiro de 2003 foi aprovada na Assembléia Legislativa de Goiás uma Emenda Constitucional que deu nova redação ao artigo 158 da Constituição Estadual e revogou o seu parágrafo 4º. Em síntese, a emenda aprovada quase à surdina e a pedido do governo do Estado incluiu o ensino superior estadual (UEG) nos 3% do orçamento destinado a investimentos no setor de C&T.

### **Nove mil assinaturas e nada**

Em 13 de junho de 2003, lideradas pela SBPC/GO, a Adufg, a APUC e, de modo geral, a comunidade científica entregaram ao governador um abaixo-assinado contendo nove mil assinaturas de pesquisadores de todo o estado pedindo a imediata criação da Fapego, numa audiência no Palácio das Esmeraldas. Foi quando o governador voltou a firmar compromisso de encaminhar imediatamente o projeto à Assembléia.

### **Projeto vai para Secretaria de Planejamento**

Em novembro de 2003, o governador Marconi Perillo aproveitou a presença do Ministro da C&T em Goiânia para assinar mensagem visando instituir a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapego). Mas a comunidade científica ficou sabendo que o projeto não seria enviado, ainda, para a Assembléia Legislativa de Goiás, porque primeiro teria de passar pela Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan-GO). Temia-se que fosse mais um instrumento de protelação que remessaria o debate para 2004 ou 2005.

### **Projeto não chega à Assembléia Legislativa de Goiás**

Foi o que aconteceu, em fevereiro de 2004 o projeto ainda não tinha sido encaminhado à Assembléia conforme o compromisso assumido pelo senhor governador em diversas oportunidades.

### **Nova mobilização**

Adufg e SBPC-GO reiniciaram uma mobilização dos pesquisadores, e o professor Romão da Cunha Nunes (do GT de C&T da Adufg) passou a viajar por várias cidades com o objetivo de alertar os colegas do interior. O processo pareceu que daria resultados, pois saiu uma informação de que o governador havia mandado retirar o projeto da secretaria e retorná-lo ao seu gabinete.

### **Governo lança outro programa**

Em abril de 2004, por meio de uma notícia veiculada no *Jornal da Ciência* (20/04), durante a Reunião Regional da SBPC, em Teresina (PI), ficamos sabendo que o governador de Goiás, Marconi Perillo, e a secretária de C&T, Denise Carvalho, lançariam em 22/04 o Programa Goiás Ciência, "um conjunto de ações de popularização da ciência". Concluímos, mais uma vez, que a Fapego não ia ser concretizada.

### **Desesperança**

Em Maio de 2004, como nada tinha acontecido, depois de uma reunião na sede da Adufg, os pesquisadores anunciaram no boletim da entidade que estavam exaustos e desesperançosos.

### **Pesquisadores manifestam revolta**

O GT de C&T da Adufg, em reunião realizada dia 13/05/2004 (quinta-feira), na sede da entidade, decidiu se manifestar contra as atitudes do governo do Estado de Goiás com relação à pesquisa científica. Constatou-se, na reunião: "Há anos o governador Marconi Perillo vem protelando a criação da Fapego e a aplicação de



recursos exatamente em pesquisa.”

“Já está claro que este governo não vai fazer nada do que prometeu. Nós, os pesquisadores da UFG, não acreditamos mais”, observou o professor Fernando Pereira dos Santos, presidente da Adufg. Indignado, o secretário regional da SBPC-GO, professor João Teodoro Pádua, ressaltou: “O governo de Goiás está usando a C&T somente para fazer propaganda”. O professor Nivaldo dos Santos, vice-presidente da Adufg e ex-diretor da APUC, observou que os pesquisadores estavam sendo “empurrados com a barriga”.

“O Estado está perdendo o bonde da história, principalmente na área da agroindústria. Não podemos mais esperar”, disse o professor Reginaldo Nassar Ferreira, pesquisador do Instituto de Ciências Biológicas da UFG e ex-presidente da Adufg.

O presidente da Sociedade Brasileira de Zootecnia em Goiás, professor Beneval Rosa, emendou o coro dos insatisfeitos, destacando que os 37,5% do PIB goiano alardeados como reflexos do avanço dos agronegócios no estado são frutos de um esforço concentrado de empresas privadas e cooperativas e do impulso na qualificação dos recursos humanos por meio das universidades como a UFG e a Fesurv. Segundo os pesquisadores, muitos projetos de agronegócios também são frutos de investimentos das secretarias de Indústria e Comércio e da Agricultura, e não da SECTEC.

“Só conseguimos fazer alguma coisa passando o pires por empresas que ajudam por meio de doação de materiais”, observou o professor e pesquisador da Escola de Engenharia Civil/UFG, Daniel de Lima Araújo.

“Ciência não é mágica. Pesquisa tem de ter programa e dinheiro”, finalizou o professor Romão da Cunha Nunes, coordenador do GT de C&T da Adufg e diretor da entidade.

## A volta da esperança

Com a reforma administrativa no governo Marconi Perillo, em fevereiro de 2005, a deputada federal e professora da UFG Raquel Teixeira (PSDB-GO) assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia de Goiás provocando um novo sopro de esperança entre os pesquisadores. Pela primeira vez, alguém ligado à academia assumiu a pasta, que agora deve ser, de fato, implementada. A expectativa é que a Fapego saia do papel e não seja, de forma alguma, transformada em agência. Consideramos um equívoco, pois a C&T precisa de agilidade para movimentar recursos, e só a Fundação garante isso.



## Ciência e tecnologia para um novo Goiás (conclusão)

Vivemos em um mundo profundamente desigual, principalmente porque o seu desenvolvimento privilegiou os lucros e a ganância em detrimento da vida. Isso, claro, construiu um enorme abismo num mundo contraditoriamente marcado por avanços tecnológicos espetaculares. Um mundo, como nos dizia Milton Santos, dominado pela técnica, ciência e informação (técnico-científico-informacional). Mas como pode a humanidade avançar tanto em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, ao mesmo tempo em que vê uma multidão de famélicos espelharem-se por todos os continentes, ampliando-se, inclusive na “meca” do capitalismo, os Estados Unidos?

As contradições, presentes em qualquer formação econômico-social, decorre da lógica que movimenta o sistema, e da essência que está por trás do funcionamento de toda a sua estrutura. A riqueza de poucos cresce na mesma proporção em que aumenta o número de miseráveis. Portanto, toda a sofisticação das técnicas e o apurado conhecimento científico de nossa época não se apresentam como solução para os problemas da humanidade, mas como condição para garantir lucros maiores e acúmulo de riqueza nas mãos daqueles que controlam os meios de produção e esse poderoso instrumento: o conhecimento.

Cabe, então, ao governante sintonizado com os novos tempos de conquistas tecnológicas e de avanços acelerados no conhecimento, ter a sensibilidade política de agir para direcionar as políticas públicas a usufruírem de todo esse aparato que o mundo da ciência oferece. Mas não é a “sensibilidade” do tecnicismo frio dos burocratas de ocasião que enxergam progresso pelo que investem em tecnologia e lucram as grandes empresas. Ou o imediatismo das visões cínicas do administrador público que conhece bem da dívida pública do Estado, mas desconhece as dívidas dos cidadãos. Estes, a bem da verdade, são os que vão arcar com os dois endividamentos.

Reverter a lógica política é perceber que não há gasto em ciência e tecnologia, assim como não há em educação, o que há é investimento. É perceber que não se pode ser imediatista nessa área, pois as conquistas nesse setor demandam décadas e devem ser trabalhadas para as gerações futuras. O Japão, por exemplo, percebeu isso no final do século XIX, com a Revolução

Meiji, e mesmo com toda uma cultura oriental milenar e tradicionalista transformou-se em um dos países tecnologicamente mais desenvolvidos do mundo, muito embora isso só tenha se concretizado após a Segunda Guerra Mundial.

Em Goiás, que somente agora desperta para essa realidade, a comunidade científica costuma se ver forçada a travar uma luta por recursos financeiros e pela manutenção de uma estrutura mínima para a área de ciência e tecnologia. Não bastasse todo o atraso que nos marcou pela ausência de investimentos nessa área, devido também à injusta distribuição de recursos que prioriza o eixo Sul-Sudeste do país, ficamos dependendo das decisões de tecnocratas que vêem o planejamento e as constantes "reformas administrativas" apenas pela ótica das contenções de despesas e das composições políticas.

Assim como acreditamos que combater a fome é redirecionar as conquistas da humanidade usufruídas por poucos para resolver os problemas de muitos, sabemos que Goiás dará um passo em direção ao futuro se o seu governo definir essa área como prioridade.

Não são interesses de pesquisadores que estão em jogo. São interesses da consolidação de uma política verdadeiramente solidária, que possibilite avanços tais que não mais sejam necessários tíquetes, cupons ou cartões de "cidadania", mas que garantam conhecimentos, tecnologia e emprego. Enfim, a ciência voltada para garantia de vida e dignidade de todos, com trabalho e inclusão social, fundamentos da verdadeira cidadania.

---

O texto deste dossiê é uma compilação de artigos publicados, em veículos de comunicação, pelos pesquisadores:

**Fernando Pereira dos Santos,**

**João Teodoro Pádua,**

**Leandro Gonçalves Oliveira,**

**Nivaldo dos Santos,**

**Reginaldo Nassar Ferreira,**

**Romão da Cunha Nunes e**

**Romualdo Pessoa Campos Filho.**



